

Conferência dos Governadores da
Amazônia

TEMÁRIO

elaborado pela Comissão Organizadora



Manaus—Outubro—1951

Conferência dos Governadores da
Amazônia

TEMÁRIO

elaborado pela Comissão Organizadora



*Arari
1199
u.2*

Manaus—Outubro—1951

O Governo do Estado do Amazonas vem acompanhando, com o maior interêsse, o movimento de configuração nacional, que tem como objetivo levar a Amazônia a uma participação mais viva e definida na formação e consolidação da economia do país.

Ponto alto dêsse movimento foi, sem nenhuma dúvida, o inserir-se no texto da vigente Constituição Federal o artigo 199, que determina sejam aplicados pelo Govêrno da República 3% da receita tributária nacional no plano que for elaborado para mobilização e valorização econômica do Vale.

Circunstâncias diversas têm, infelizmente, retardado o cumprimento dêsse preceito constitucional com enorme prejuizo para a região amazônica, no seu desenvolvimento material e no das suas populações carecentes de assistência educacional, sanitária e econômica que só lhes poderá ser conferida através de abundantes e permanentes investimentos.

Torna-se, por isso, imperativo fortalecer a ação do Parlamento e do Govêrno Federal, mediante a aliança e a cooperação dos Governos regionais, afim de fazer chegar a rapido e bom têrmo a tarefa preparatória,

indispensável à perfeita execução daquele preceito da Carta Constitucional Brasileira.

Precisam as administrações dos Estados e Territórios amazônicos ajudar e prestigiar, de maneira definida, o referido movimento de valorização, levando-lhe, como responsáveis diretos pelo progresso da região e bem estar de seu povo, o concurso de sua experiência e de seu íntimo e maior conhecimento dos problemas fundamentais da Amazônia.

Faz-se urgente robustecer êsse movimento vitalizador por meio da cooperação direta dos Governos dos Estados e Territórios que se enquadram no benefício constitucional, os quais detêm, inegavelmente, a maior soma de elementos para esclarecer as necessidades de seus governados, visando a melhor e mais pronta aplicação das disponibilidades monetárias asseguradas pela Constituição Brasileira.

Para isso, entretanto, há que admitir-se a necessidade de um prévio exame em conjunto do panorama econômico e social da Amazônia em sua situação presente, como ponto de partida para determinação de suas carências e possibilidades, tanto no que concerne às justas aspirações de seus habitantes, quanto no que respeita aos interesses nacionais de maior vulto.

Cedendo a essas observações e raciocínios, é que o Governo do Estado do Amazonas, indo ao encontro do

pensamento da Comissão Parlamentar do aludido Plano de Valorização e considerando ainda a proposta do representante do Governo do Estado de Mato Grosso na 1.^a reunião do Conselho Consultivo do Banco de Crédito da Amazônia, assume a responsabilidade de convocar a Conferência dos Governadores, à qual será submetido o estudo do seguinte

— T E M Á R I O —

I

— Educação

II

— Saúde

III

— Comunicações — Transporte.

IV

— Força motriz — Exploração de petróleo e combustíveis em geral.

V

— Aproveitamento dos recursos naturais — Racionalização das atividades florestais — Industrialização — Plano de investigação científica e tecnológica.

VI

— Regime de terras — Imigração e Colonização.

VII

— Agricultura e Pecuária.

VIII

— Cooperativismo e Crédito — Política econômica da borracha.

IX

— Ajustamento da legislação federal aos característicos sociais e geográficos da região — Exame das leis em curso no Congresso Nacional relativas à economia amazônica. — Legislação tributária regional.

X

— Municipalismo — Fortalecimento do tonus econômico e social dos municípios.

XI

— Problemas de intercâmbio com as Repúblicas limítrofes.

XII

— Definição de objetivos e hierarquia dos problemas amazônicos — Articulação das Conclusões da Conferência ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

XIII

— Carta Econômica da Amazônia.

OBSERVAÇÃO

Os trabalhos ou teses submetidos ao estudo da Conferência serão, prèviamente, classificados em dois grupos :

- a) Gerais, envolvendo problemas relacionados com duas ou mais unidades políticas da região;
- b) Particulares, quando interessando apenas a cada um dos Estados, Territórios ou Municípios da Amazônia.

JUSTIFICATIVA

Determinados e definidos os objetivos da conferência, cumpria, como passo imediato, a organização de um temário nos moldes em que foi formulado. A conveniente orientação dos assuntos para seu melhor estudo, assegurando-lhes, por outro lado, condições de articulação num plano geral, foi o critério adotado na elaboração desse esquema, cuja finalidade precípua é nortear os trabalhos do Conclave, evitando superfectações e digressões supérfluas.

Como está feito, sem excessiva diversificação de matéria, porém forrado de extrema flexibilidade, permite sejam vinculados aos seus termos todos os problemas que integram o complexo amazônico, tanto os de natureza econômica como os de fundo social ou de conteúdo político. O sentido geral ou restrito de cada um desses problemas constitue, igualmente, objeto de previsão no temário, ensejando oportunidade ao estudo de matéria limitada ao interêsse de cada Estado ou Território participante.

O excesso de particularização somente contribuiria para tumultuar e dificultar os trabalhos da Conferência. Os assuntos especializados em suas divisões e subdivisões, os problemas locais ou gerais, por mais discriminados que se apresentem através das contribuições que forem trazidas, encontrarão sempre ensejo de enquadramento num dos treze títulos fundamentais do temário.

A inclusão nesse temário de referência específica à política econômica da borracha responde aos anseios de todos os habitantes da planície, intranquilos face à incerteza dos destinos desse produto, cuja exploração constitui seu principal meio de vida. Ignorá-lo, quando se pretende realizar um balanço geral dos recursos da Amazônia, para discipliná-los e fortalecê-los, seria desacerto, implicando o afastamento da pauta dos trabalhos da Conferência, de um dos problemas históricos e de maior incidência no panorama social e econômico da região.

Os assuntos estão, por sua vez, categorizados segundo o critério de sua preponderância, na elaboração de um documento final, compacto e rico de substância, a que denominaremos “Carta Econômica da Amazônia”.

Esse documento-súmula resultará do criterioso exame das proposições e teses apresentadas, trazendo normas para o equacionamento e solução dos problemas vitais da região. Seu conteúdo deverá oferecer um panorama minucioso e exato da situação da Amazônia, observada pelos mais diferentes ângulos, constituindo oportuno subsídio a ser levado ao Governo Federal e ao Parlamento brasileiro, como eficiente conjunto de medidas para aplicação do fundo constitucional da Valoração.

ENCADERNAÇÃO

Tipografia FENIX

SERGIO CARDOSO & CIA. LTDA.

—EDITORES—

TELEFONE, — 11-60

Rua Joaquim Sarmiento, 78

Manaus — Amazonas

PAUTAÇÃO

IMPRESSÃO

LINOTIPIA



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA